

## As condições de trabalho em Cáceres no contexto da pós-abolição (1888 – 1920)

Felipe Souza Ferraz<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

“O trabalho dignifica o homem”. Esta afirmação percorre consideráveis períodos e se encontra em consonância com alguns contextos históricos de forma perfeitamente harmônica. Não poderia ser diferente em certos locais do Brasil no período que compreende o final do século XIX e início do século XX, onde as elites regionais ditavam as normas do certo e errado para as camadas populares da sociedade e, com isso, impunham a sua concepção de trabalho. Neste quadro, a ideia de trabalho como fonte de progresso e desenvolvimento, e visto como algo incisivamente necessário, foi amplamente utilizado pelos grupos dominantes: usineiros, grandes proprietários de terras, etc.

Com a abolição os trabalhadores negros se viram sem amparo por parte do poder público. Pois, se no regime escravista estavam sob as ordens de seus proprietários, e seu destino basicamente dependia destes, com o fim deste período não tiveram sustentação para aderirem ao mercado de trabalho. Na transição para o sistema de trabalho livre sua condição social era da menor proteção possível para possuírem segurança de entrada para o trabalho assalariado. Em outras palavras, estavam abandonados à própria sorte, sem a menor sustentação para tal (FERNANDES, 1978).

É necessário apontar algumas questões que são pertinentes para se pensar as relações de trabalho na passagem do século XIX para o XX, como a vontade dos representantes das províncias em trazer imigrantes para ocupar os locais de trabalho, o discurso sobre a ociosidade, etc. Maria Emília Prado sintetiza muito bem estas questões da seguinte forma:

. Diante do receio de que os ex-escravos não permanecessem ao dispor da grande lavoura, as atenções voltaram-se para os imigrantes. Por outro lado, os representantes das províncias onde existia grande número de habitantes livres pobres ou inteiramente despossuídos preocupavam-se com os meios de os transformarem em vendedores da força de trabalho à grande lavoura. Os discursos acerca da

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat

ociosidade, da vagabundagem, atrelavam-se às propostas destinadas à adoção de mecanismos controladores da força de trabalho (PRADO, 2005: 211, 212).

No entanto, o foco que pretendemos aqui é a situação dos trabalhadores na região de Mato Grosso, mais especificamente em Cáceres (antiga Vila Maria), no período destacado acima, com o recorte de 1888 - 1920. Referindo-nos aos postos de trabalho e às condições de produção e resistência que possivelmente possam ter existido.

## **AS CONDIÇÕES DE TRABALHO EM MATO GROSSO**

O discurso que se formava acerca do trabalho em Mato Grosso era de cunho extremamente conservador, controlado pelas elites regionais. Nele percebemos toda uma ideia de adjetivar quem não trabalhava ou simplesmente não estava disposto a se submeter às duras regras do labor, como “gente ociosa”, “vadios”, “vagabundos”, entre outros (ALEIXO, 1995). O trabalho, desta forma, é visto como algo digno e necessário.

O complicado mercado de trabalho em Mato Grosso foi se formando sendo composto por indivíduos pobres que viviam na região, índios, ex-escravos e por pequena parcela de imigrantes, sendo a maioria de origem nacional e alguns paraguaios (ALEIXO, 1995). No entanto, o que não podemos deixar de citar é que a fazenda Descalvados foi uma exceção neste caso. Pois, além dos índios, a preferência dos donos da fábrica era trabalhadores de origem platina (paraguaios, uruguaios e argentinos) e cearenses. Sem contar que os cargos de mais confiança eram reservados aos compatriotas dos proprietários, de origem belga (GARCIA, 2009).

Sobre as relações de trabalho em Mato Grosso um fator que é ressaltado nas análises tanto de Lúcia Helena Gaeta Aleixo como de José Tiaraju, é a manutenção de um regime de semi-escravidão no local, em que práticas comumente utilizadas nos tempos escravistas continuaram nos ambientes de trabalho.

Os trabalhadores das usinas viviam em regime de semi-escravidão. Eram punidos da mesma forma que os negros no período da escravidão, levados ao tronco e à solitária quando não realizavam as tarefas determinadas pelos capatazes ou, ainda, quando capturados após tentativas de fuga. (ALEIXO, 1995: 183)

A remuneração era outra questão contraditória. Atuando com extensivas jornadas de trabalho, que podiam chegar a até 17 horas diárias, a forma como os trabalhadores recebiam sua remuneração deixava-os com vínculos obrigatórios com seus patrões. Nas usinas havia um armazém em que o trabalhador “era obrigado a comprar os mantimentos necessários à sua subsistência. Os débitos desta operação eram lançados em sua caderneta e, desta forma, ficava vinculado ao proprietário pelo endividamento”. (ALEIXO, 1995: 188) Em Cáceres, segundo o trabalho de Otavio Ribeiro Chaves, podemos perceber que provavelmente ocorreu esta prática no município:

Coerção jurídico-policial, códigos disciplinadores extremamente austeros no interior da Usina, **cadernetas de dívidas contraídas no armazém**, tudo isto podia definir um universo que arrancaria violentamente o homem da lógica da natureza. (CHAVES, 1993: 52) (Grifo Nosso)

## **O RECRUTAMENTO DE MÃO-DE-OBRA EM CÁCERES: USINA DA RESSACA E DESCALVADOS**

A formação do mercado de trabalho em Mato Grosso foi um processo complicado, tanto para os coronéis como para os trabalhadores. Havia o problema da falta de mão-de-obra, devido ao vazio populacional, aprofundado também pela dificuldade em atrair os tão desejados estrangeiros (ALEIXO, 1995) e ainda a questão do costume da população que estava habituada a uma economia de subsistência.

Os dois principais locais de agrupamento de mão-de-obra que houve em São Luiz de Cáceres no fim do século XIX e início do XX, mais especificamente entre 1888 e 1920, são: a usina da Ressaca e a fábrica Descalvados. Cada uma possuía suas peculiaridades em relação à produção e aos trabalhadores que eram recrutados para tal.

Comprada em 1872, por José Maria de Pinho, do capelão José Hipólito de Carvalho, situada na confluência dos córregos Facão e Barreiros, local onde já se fabricava rapadura e açúcar de barro, a usina da Ressaca surgiu em meio à grande entrada de capitais na região, nela havia a produção de açúcar, aguardente e outros derivados. Para isso eram utilizadas máquinas a vapor adquiridas na Alemanha através da firma Otto Franke de Buenos Aires, sendo que na mesma propriedade se plantava e colhia a cana-de-açúcar. Com o objetivo de

atender as necessidades do consumo local, em 1905 produziu sua primeira safra de açúcar e aguardente. (CHAVES, 1993)

Um dos fatores em comum entre a Ressaca e Descalvados foi a arregimentação da mão-de-obra nordestina. No caso da primeira, foi devido a dificuldade em encontrar trabalhadores na própria região e pelo fato de ser barata esta força de trabalho (CHAVES, 1993). E o da segunda já ocorreu a questão da vinda dos estrangeiros para atuarem na produção. Esta consideração nos remete à afirmação de Florestan Fernandes acerca do destino dos ex-escravos. Pois se já tinham de competir com os trabalhadores da própria região, sua situação piora quando os proprietários ainda buscam mão-de-obra fora do local, ampliando assim a competição que os negros foram submetidos.

[...] os ex-escravos tinham de concorrer com os chamados “trabalhadores nacionais”, que constituíam um verdadeiro exército de reserva [...] e, principalmente, com a mão-de-obra importada da Europa, com frequência constituída por trabalhadores mais afeitos ao novo regime de trabalho e às suas implicações econômicas ou sociais. Os efeitos dessa concorrência foram altamente prejudiciais aos antigos escravos, que não estavam preparados para enfrentá-la. (FERNANDES, 1978: 17)

Em uma região como São Luiz de Cáceres, com aproximadamente 305 escravos no ano de 1887, sem contar o número de libertos ou mortos com o decorrer do tempo<sup>2</sup>, percebe-se que com o surgimento destes dois empreendimentos não houve a preocupação em se manter os ex-escravos na produção após 1888. Ocorrendo exatamente o contrário, com a chegada da “mão-de-obra nacional” e dos imigrantes, ocupando os locais de trabalho nos principais empreendimentos.

A população que vivia na região de São Luiz de Cáceres não estava habituada ainda com o trabalho determinado com o tempo do relógio. Neste sentido, de acordo com a análise de Otavio Ribeiro Chaves, a usina da Ressaca serviu como centro disciplinador da força de trabalho do município. E serviu também para agrupar trabalhadores de regiões fronteiriças. Neste caso, os usineiros, que se encaixavam entre os grupos de coronéis que dominavam o

---

<sup>2</sup> Número extraído do Editorial do jornal Atalaia de 10 de julho de 1887 incluído no trabalho de Otavio Ribeiro Chaves. Mais adiante afirmam ser o número exato de 285, devido aos fatores citados acima. É claro que devemos tomar as devidas precauções em considerar este documento como verdadeiro.

poder local até a década de 20, recorriam à força do Estado para controlar e disciplinar qualquer forma de resistência ao trabalho. (CHAVES, 1993)

Outra questão relevante é como se organizava a hierarquia no interior da produção. Desde a plantação da cana-de-açúcar havia esta prática. O gerente “era responsável direto pela manutenção da ordem e do êxito de todo o empreendimento”. (CHAVES, 1993: 64). Ou seja, fazia o papel de vigilante do sistema produtivo, que possuía jornadas de trabalho com mais de 14 horas diárias.

O capataz atuava aproximadamente em semelhança com o feitor-mór em períodos anteriores. Com a utilização de mecanismos coercitivos, era responsável pela disciplinarização, fiscalização e punição de “todos trabalhadores que transgredissem a uma ordem imposta pelo usineiro [...]”. (CHAVES, 1993: 64)

Conseqüentemente, além das extensas jornadas de trabalho, as condições de produção se acentuam para um aspecto negativo com relação aos trabalhadores da usina. Sem muitas opções devido ao reduzido mercado e também ao sistema de dívidas em que provavelmente estavam submetidos, com a aquisição de alimentos na própria usina, tiveram de aprender a lidar com esta situação. Uma vez que a própria legislação estava ao lado dos proprietários, como percebemos com a Lei de Terras de 1850<sup>3</sup>. Houve ainda a necessidade de se acostumar com o horário controlado pelo relógio do patrão, e não mais sua própria decisão de quanto tempo permanecer na produção.

O recrutamento compulsório também era uma prática utilizada na usina. Provavelmente isso ocorria em períodos de safra, como podemos perceber através do depoimento de um antigo trabalhador (Manoel Garcia, de Cuiabá), incluso no trabalho de Otavio Ribeiro Chaves, com a entrevista obtida em julho de 1989. O depoimento ainda reforça a falta de opção de trabalho que havia na região e as possíveis condições de semi-escravidão.

“O trabalho era difícil... a não ser nos sítios, nos engenhos, não encontrava serviço. A delegacia da polícia mandava muitos trabalhadores para a Usina como

---

<sup>3</sup> A Lei de Terras transformou a terra em mercadoria restringindo, desta forma o seu acesso. “A lei acabou criando mecanismos que, na prática, permitiam expropriar os pequenos proprietários, que poderiam a qualquer tempo serem expulsos de suas terras em proveito dos grandes fazendeiros, pecuaristas e arrendatários” (SCHOROEDER, 2008: 79)

camaradas no período da safra [...] o trabalhador era tratado como verdadeiro escravo, com as mesmas desvantagens” (CHAVES, 1993: 48)

A fábrica Descalvados por sua vez teve um percurso distinto da usina da Ressaca. Questões como exportação, mão-de-obra, dentre outros, marcaram algumas separações entre os empreendimentos. Vimos que a Ressaca se limitou à produção em nível de consumo local, quando muito exportava para as proximidades da região, estendendo até Corumbá ou ambientes próximos a fronteira com a Bolívia e o Paraguai. E os trabalhadores recrutados eram em sua maioria do próprio município de São Luiz de Cáceres, com alguns nordestinos como exceção. Em Descalvados o processo de desenvolvimento do empreendimento se diferenciou no que tange fatores como estes, é claro que com algumas semelhanças também.

Em uma região de terras chamada inicialmente Escalvado, a qual foi posteriormente mudando de nome até chegar em Descalvados, foi sendo ocupada pelo Major João Carlos Pereira Leite. No ano de 1876 o argentino Rafael Der Sar adquiriu a sesmaria de Descalvados do major e no local montou uma charqueada rudimentar. Com a morte do major João Carlos em 1880, suas terras foram a leilão, inclusive Descalvados, que foi adquirida juntamente com todo o conjunto de terras pelo uruguaio Jaime Cibilib Buxareo. O uruguaio optou por fazer com que Descalvados fosse uma fábrica de carnes conservadas, que assim como a usina da Ressaca, utilizou a tecnologia de máquinas a vapor na produção. O produto de principal fabricação era o extrato de carne. Além do caldo a fábrica passou a produzir derivados de gado, como línguas e couro, utilizados para exportação, no local se produzia também a própria embalagem. (GARCIA, 2009)

A facilidade de exportação para a Europa foi devido à boa reputação internacional que possuía a marca Cibilib, de Buxareo. Todos seus produtos eram destinados a Europa, chegando a fábrica a ser premiada algumas vezes no decorrer da década de 1880. Também havia em Descalvados, que por sua vez possuía mais de um milhão de hectares, uma fábrica de sebo e sabão, estes já eram vendidos no mercado da própria província de Mato Grosso. (GARCIA, 2009)

A distribuição do trabalho no interior do empreendimento se dava conforme uma hierarquia definida por Buxareo. De acordo com as análises de Domingos S. da Cunha Garcia, as atividades mais pesadas “eram confiadas aos peões brasileiros e de outras nacionalidades que viviam na região. As atividades mais sofisticadas seriam confiadas a um administrador

contratado em Montevideu e a membros de sua família”. E mais adiante acrescenta: “Da mesma forma, (Buxareo) procurou estabelecer uma rotina de trabalho mais coerente com a nova situação da empresa, mais metódica e evitando os vícios mais comuns entre os peões, como a embriaguez”. (GARCIA, 2009: 94)

Com esta forma de organização percebe-se que no interior da fábrica, na realização das atividades produtivas, não eram apenas trabalhadores da região que estavam inseridos. Como não dispomos até o momento de informações sobre os ex-escravos neste empreendimento, não há como considerar se entre os “peões brasileiros” estava incluído este grupo. Mas como no município de Cáceres já havia um pequeno número de escravos antes da abolição, aproximadamente menos de 300, e ainda com a vinda dos trabalhadores nacionais juntamente com os de outra nacionalidade, possa ter ocorrido a exclusão dos antigos escravos com relação também a Descalvados, assim como aconteceu com a usina da Ressaca.

Ocorre aqui uma contradição no período da pós-abolição. Se no regime escravista os negros eram a principal mão-de-obra, essencial para o desenvolvimento do país em geral, com a abolição “todo o processo orientava-se, pois, não no sentido de converter, efetivamente, o “escravo” (ou o “liberto”) em “trabalhador livre”, mas de mudar a organização do trabalho para permitir a substituição do ‘negro’ pelo ‘branco’”. (FERNANDES, 1978: 35)

A fábrica de Descalvados foi vendida para os belgas no ano de 1895, que permaneceram em Mato Grosso até 1912. A companhia que iria comandar o empreendimento se chamava Compagnie des Produits Cibilis. O recrutamento da mão-de-obra ocorreu de forma semelhante quando pertencia antes ao uruguaio Jaime Cibilis Buxareo, porém com algumas ressalvas.

Se para as funções mais importantes, os belgas escolhiam seus compatriotas ou pessoas de confiança, recrutadas na elite local, para as funções que exigiam maiores sacrifícios, em geral trabalho braçal, na fábrica de Descalvados, nos campos de criação ou na extração de borracha no vale do Guaporé, a preferência recaía sobre trabalhadores de origem platina, índios e cearenses [...] Os trabalhadores de origem platina eram basicamente corrientinos e paraguaios, os últimos recrutados com as facilidades obtidas pelo fato de François van Dionant, além de ser nomeado vice-cônsul em Corumbá depois, também foi nomeado cônsul do Paraguai naquela cidade [...] Essa posição lhe deu facilidades para recrutar paraguaios para o trabalho braçal em Descalvados. (GARCIA, 2009: 176)

Vemos aí a questão da mão-de-obra estrangeira que Lucia H. G. Aleixo destacou. Sendo a maioria da própria região da América Latina, e poucos europeus. Outro fator interessante são os trabalhadores cearenses, que estiveram presentes também na usina da Ressaca.

Segundo a afirmação de Van Dionant, 200 cearenses foram recrutados, que somando com suas famílias resultou num total de aproximadamente 400. Porém com alguns empecilhos este número foi reduzido.

Dois terços teriam morrido pela doença. O outro terço teria sido distribuído entre os diferentes pontos ao longo do vale do Guaporé, onde a empresa belga tinha atividades. Do total de 400 cearenses, teria sobrevivido apenas 20. (GARCIA, 2009: 177 - 178)

Tal questão nos leva a considerar a possibilidade da falta de interesse em recrutar os trabalhadores da região de Cáceres. Talvez o motivo de preferirem mão-de-obra fora de Mato Grosso provavelmente pode ter sido pela onda de discursos por parte da elite mato-grossense de que os trabalhadores desta região eram “preguiçosos” e não afeitos ao trabalho. (ALEIXO, 1995)

Mas o que não devemos esquecer neste caso, no entanto, é que tais trabalhadores foram sentindo a obrigação de abandonar uma forma de produção de subsistência, controlada às vezes por rotina da própria família para passarem a obedecer ordens dos donos das terras, usinas e dos meios de produção em geral segundo os horários estabelecidos por estes. Isso sem contar os ex-escravos que foram deixados à margem dos sistemas produtivos após a abolição. Então neste caso dificilmente se habituariam de forma tranquila às novas regras de trabalho.

## **AS FORMAS DE RESISTÊNCIA**

As manifestações de insatisfação por parte dos trabalhadores na região de Mato Grosso ocorria das mais diversas maneiras. Assim como ressalta Lúcia H. G. Aleixo, fatores como ameaças ao encarregado, fugas, roubo e desvios da produção, indicam a revolta contra o regime disciplinar das usinas. As necessidades imediatas aqui também eram o foco. A

resistência ao controle esteve muito associada com melhorias salariais, melhorias de condição de vida, entre outros anseios afins. (ALEIXO, 1995)

Convém ressaltar, entretanto, que houve certa precariedade, em questão de unidade na ação, no que diz respeito às manifestações de revolta. Pois a “resistência dos trabalhadores da usina era frágil, difusa, surda e não permanente. Compunha-se de ações na maioria das vezes isoladas”. (ALEIXO, 1995: 198) Com isso percebemos que aparentemente faltava organização dos trabalhadores enquanto grupo coeso com finalidade de atingir objetivos em comum através da luta. Devido a esta fragilidade, os coronéis, amparados na legislação e utilizando a força policial, facilmente reprimiam as ações de seus subalternos. (ALEIXO, 1995)

Na usina da Ressaca em Cáceres havia o roubo de pinga e a embriaguez alcoólica em dias seguidos de furto, como forma de resistência. E o castigo para tais atos era a utilização da “palmatória” para “confessarem a culpa sobre a transgressão de uma ordem estabelecida pelo usineiro” (CHAVES, 1993: 68). A respeito da embriaguez, ao analisarmos o discurso de como eram as relações de produção na usina, podemos chegar à seguinte conclusão: além de uma forma de resistência propriamente dita, esta atitude demonstra um certo esgotamento por parte dos trabalhadores devido à rotina do processo produtivo. Podem ter buscado na embriaguez uma maneira de descanso e distração para não se renderem totalmente ao mundo rigorosamente disciplinado do trabalho. Na fábrica de Descalvados, também em Cáceres, a embriaguez também parecia ser comum entre os trabalhadores. [...] “(Burxareo) procurou estabelecer uma rotina de trabalho mais coerente com a nova situação da empresa, mais metódica e evitando os vícios mais comuns entre os peões, como a embriaguez” (GARCIA, 2009: 94)

Outra questão a saber é se essas ações eram praticadas com uma ideia intencional e consciente como pano de fundo. Em outras palavras, se os trabalhadores atribuíram a estas atitudes formas propositais de resistência para demonstrar sua insatisfação. Caso não fosse, talvez podemos afirmar que eram, pelo menos em alguns casos, uma espécie de resistência involuntária, uma manifestação praticada devido ao excesso de cansaço e esgotamento dos trabalhadores pelas extensas jornadas de trabalho em vários dias consecutivos que estavam submetidos. Isso sem contar a forma como provavelmente eram tratados pelos capatazes. Para

isso temos as agressões, não cumprimentos de algumas atividades e a própria embriaguez, dentre outras atitudes, que justificam nossa conclusão.

Até mesmo organizações sindicais foram criadas em Mato Grosso, porém sempre em busca de reivindicações imediatas, reformas práticas, como melhores condições de trabalho, lutas contra baixos salários, demissões, etc. Neste caso os sindicatos do setor de transporte atuaram como pioneiros nesta questão, onde “os trabalhadores da navegação, das ferrovias e os motoristas se organizaram e fizeram movimentos reivindicativos” (SCHOROEDER, 2008: 124). Sendo que, para atingir seus objetivos, utilizavam como principal instrumento a greve, uma vez que no setor de navegação o impacto era mais profundo, devido ao prejuízo econômico que trazia para o Estado, pelo fato de ser o principal meio de transporte do período (SCHOROEDER, 2008).

Lúcia H. G. Aleixo apresenta ainda o banditismo como uma das formas de resistência. Segundo a autora, as atividades realizadas pelas pessoas que aderiam a esta prática era o roubo de gado das fazendas. Pois, não dispostos a se submeter aos patrões da região, buscavam no furto das criações de gado, uma maneira de viver e também, é claro, sobreviver.

Não se submetendo aos códigos e regulamentos impostos a esta sociedade, este grupo findou por viver na marginalidade. Seus membros se orgulhavam de não ter nunca sentido o peso do chicote ou obedecido à ordem de um feitor. Jamais se curvaram ao trabalho sistemático da lavoura ou da extração. (ALEIXO, 1995: 259)

Entretanto, devemos tomar as devidas precauções a respeito do banditismo ser visto simplesmente como forma de resistência. Pois de acordo com o trabalho de Domingos S. da Cunha Garcia, na fábrica de Descalvados ocorria também a prática de roubo de gado, porém este era levado na maioria das vezes para a Bolívia, divisa com o município. Logo, isso nos possibilita enxergar outras possibilidades em torno desta atitude, como um simples roubo de animais, por exemplo, que as vezes poderia ser praticado pelos próprios bolivianos. [...] “os ataques dos ladrões de gado, um problema constante e que exigia permanente vigilância dos administradores de Descalvados, desde quando a fábrica foi construída, em 1882 [...]. (GARCIA, 2009: 172 – 173)

## CONCLUSÃO

A forma como o trabalho manual se desenvolveu no Brasil desde o período escravista e no contexto da pós-abolição contribuiu em larga medida para a imagem negativa que se constituiu em torno deste. Em Mato Grosso, bem como no município de Cáceres, o controle dos meios de produção estavam concentrados nas mãos dos coronéis, que ajudavam a compor a elite regional.

Os trabalhadores naquele momento se encontravam amplamente desamparados por parte do poder estatal. Tanto a legislação como a força policial eram utilizadas pelas elites para manter a classe subalterna submissa aos proprietários das usinas. O que os trabalhadores possuíam para defesa de seus interesses eram fracas organizações sindicais e algumas manifestações de resistência, isoladas em sua maioria. O que demonstra o esgotamento por parte deles em relação às duras disciplinas do processo produtivo.

Os negros também representam outro grupo social extremamente marginalizado na sociedade naquele período, mais ainda do que o restante dos trabalhadores, que de modo geral não sofreram tão profundamente com as formas de trabalho do regime escravista. Após a abolição não foi garantido aos ex-escravos espaço no mercado de trabalho, tanto no Brasil como na região de Mato Grosso, ao invés disso foram abertas oportunidades para os estrangeiros ou à mão-de-obra nacional.

As elites regionais, portanto, ao manterem o controle de boa parte do mercado de trabalho em suas mãos, utilizaram o discurso do trabalho como fonte de progresso, como dignificação do homem, com o intuito de manter a força de trabalho da região sob suas ordens, seu regime de tempo e sua disciplina. E para atingir seus objetivos buscaram apoio no Estado e todo seu aparato para que poucas opções houvesse aos que não estavam dispostos a viver de submissão.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Vozes no Silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso*. Cuiabá: Editora da UFMT, 1995

FERNANDES, Florestan. O Negro na Emergência da Sociedade de Classes, Introdução; Trabalho livre e europeização in *A integração do negro na sociedade de classes*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

CHAVES. Otavio Ribeiro. *Usina da Ressaca: Tempo, Trabalho e Disciplina*. Monografia para título de especialização. Cuiabá, 1993.

GARCIA. Domingos Sávio da Cunha *Territórios e Negócios na “Era dos Impérios”: os belgas na fronteira oeste do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. 2009.

HOBSBAWN. Eric. A cidade, a indústria, a classe trabalhadora in *A Era do Capital 1848 – 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWN. Eric. Trabalhadores do Mundo in *J. A Era dos Impérios 1875 – 1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRADO, Maria Emília. Reconstituo a Vida, Cap. IV in *Memorial das Desigualdades – Os impasses da cidadania no Brasil (1870 – 1902)*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

SCHOROEDER. José Tiaraju Rodrigues. *Exploração e Violência: um estudo sobre a formação do mercado de trabalho assalariado em Mato Grosso* – Dissertação de Mestrado.